

O tempo da língua ou a língua no tempo? Considerações sobre língua, história e memória¹

The time of language or language in time? Thoughts on language,
history and memory

Larissa Montagner Cervo

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre o processo de (re)constituição da história da língua portuguesa, a partir da *Linha do Tempo*, um dos setores permanentes do Museu da Língua Portuguesa. Com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, confrontamos o conceito de tempo nos domínios da História, para discutirmos a relação entre a língua e o tempo e o modo como, no arquivo do museu, a memória da língua é trabalhada a partir de marcos temporais e acontecimentos que são organizados linearmente com vistas à legitimação do museu como guardião da memória e da história da língua portuguesa.

Palavras-chave: Língua. Linha do tempo. Museu da Língua Portuguesa. História. Memória.

Abstract: In this article, we explore the process of (re)constitution of the history of the Portuguese Language, displayed in a permanent section of the Museum of the Portuguese Language, called *Timeline*. Based on the theoretical approach in discourse analysis, we examine the concept of time in the field of history, and analyze the relationship between language and time. Furthermore, we investigate the manner which, in the museum's archives, the memory of language is established from temporal landmarks and events, which are linearly arranged, legitimizing the museum as a guardian of the memory and history of the Portuguese language.

Keywords: Language. Timeline. Museum of the Portuguese Language. History. Memory.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XX Seminário Corpus e I Seminário do GRPESq Linguagem, Sentido e Memória, realizado em Santa Maria, RS, em outubro de 2013, sob o título “E quando a língua é o arquivo? Considerações sobre língua, história e memória”. Agradeço aos professores José Horta Nunes, Verli Petri e Amanda Eloina Scherer pela interlocução que, à época, muito contribuiu para esta reflexão.

Considerações iniciais

Neste artigo, analisamos a *Linha do Tempo*, uma das instalações permanentes do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, SP), com vistas a compreender o modo como a historicidade da língua portuguesa, enquanto acontecimento no espaço de enunciação² brasileiro, é discursivizada sob a perspectiva do tempo, ou melhor, de sua temporalidade, constituída pelas marcas da inscrição de diferentes memórias na história. O Museu da Língua Portuguesa dedica-se à língua como patrimônio (CERVO, 2012) a partir de um arquivo constituído, prioritariamente, da história e da etimologia da língua portuguesa, em um processo de determinação de sua origem e atualidade. Em meio a esse arquivo, a *Linha do Tempo* reside em um quadro da cronologia da língua portuguesa, tomada em seu efeito de verdade e completude. Do mesmo modo que um calendário, a marcação do tempo inicia com a origem da língua em território europeu e perpassa a expansão e o desenvolvimento da língua no Brasil até os anos 2000, representativo do tempo presente.

Em pesquisa anterior (CERVO, 2012), observamos que a política linguística significada no arquivo do museu volta-se à valorização da língua imaginária (ORLANDI, 2002, 2009), tendo em vista a prática de determinação de fatos, histórias, sujeitos autorizados e representações literárias que, juntos, tecem o imaginário de língua patrimônio (CERVO, 2012). Sob esse aspecto, a *Linha do Tempo* consistiria em um gesto de controle da interpretação e de gerência da memória de arquivo, a partir do efeito de linearização da historicidade da língua. Para além disso, o que agora problematizamos são as especificidades da relação entre a língua e o tempo, ou, ainda, sobre a língua no tempo da história: como tratar o tempo em Análise de Discurso? É possível reconstituir o tempo da língua ou tão somente uma história sobre a inscrição da língua no tempo? Finalmente, que tempo é esse que, no museu, é legitimado a partir de dados organizados e linearizados em um calendário datado por séculos e anos e que conjuga passado, presente e perspectiva de futuro da língua?

2 Conforme Guimarães (2002), o conceito de espaços de enunciação consiste em “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (p. 18).

O tempo sob o viés discursivo

Considerando a memória como “tudo o que pode deixar marcas nos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 123), uma *Linha do Tempo*, como a do Museu da Língua Portuguesa, nada mais é do que a reunião e a regularização dessas temporalidades pela confluência do já dito, do dito e do a ser dito, confluência essa que opacifica a errância, a dispersão e a descontinuidade de uma memória discursiva. Uma *Linha do Tempo* que tem a língua como objeto simbólico é, nesse sentido, um convite para refletirmos sobre o tempo da língua, ou, ainda, sobre a língua como objeto da linearização dos *tempos desjuntados*. A língua na história, a língua da história e a língua pela história. A língua materializada em linha, traço contínuo, retilíneo, uma linha, duas ou três, no máximo. Presunção de começo, continuidade, atualidade e projeção de futuro no processo de produção de sentidos.

Para trabalharmos a relação entre a língua e o tempo, partimos do tempo na ordem do senso comum. Nessa perspectiva, o filósofo Bou-tang define o tempo como “objeto de um saber imediato para todo homem que nele pensa, ainda que minimamente: ele sabe o que quer dizer *agora, ontem, amanhã, e também antes, durante, depois*” (2000, p. 7, grifos do autor). Enquanto sujeitos na/pela história, vivemos no/pelo tempo enquanto o real do aqui e agora do tempo presente. Do mesmo modo, entendemos o tempo também enquanto aquilo que escapa e que se dispersa, passando à ordem do imaginário ou da memória, tal qual um horizonte de projeção e um horizonte de retrospecção em relação ao hoje. Nesse sentido, o filósofo, ainda tratando da ordem do senso comum, enumera os signos primeiros do tempo, aqueles que se materializam em palavras sem as quais seria impossível designá-lo: seu *curso*, metáfora necessária para que os sentidos não sejam reduzidos tão somente ao silêncio; seu imaginário de *começo*, que não se trata apenas do primeiro, mas também da questão da origem; e, finalmente, seus três modos de acontecimento, quais sejam, presente, passado e futuro.

Essa interpretação que rege nosso imaginário sobre o tempo e que está presente em nossas práticas sociais é, certamente, atravessada no/pelo tempo da História. Objeto da História, o tempo é tanto individual quanto social. Quando social, marcado por anos e por datas, é evolutivo e significa progresso ou decadência (LE GOFF, 2013).

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

213

Le Goff (2013), trabalhando com o conceito do tempo sob o viés do historiador, explica que transformamos um tempo cósmico em algo coletivo e social, gerenciando-o a partir de datas, horas, meses, anos, séculos. Na mesma medida, indexamos o tempo, saturando os sentidos em um processo de determinação de fatos, acontecimentos, nomes e autores, como sintoma da necessidade de referências, de localização espaço-temporal, de genealogia e de determinação de origens (LE GOFF, 2013).

No campo discursivo, a questão do tempo deve ser pensada a partir de um deslocamento conceitual em relação ao tempo da História, haja vista o conceito de memória como lacunar e o de história como algo ligado não à evolução, mas às práticas sociais e à significação no/pelo discurso (FERREIRA, 2001). Para a Análise de Discurso, trata-se de considerarmos a tênue relação entre o político e o ideológico na instância da determinação do tempo, aqui entendido como a marca da inscrição dos objetos simbólicos em uma dada temporalidade na/pela história. Tal inscrição encaminha-nos para um certo estado ou momento sócio-histórico de um objeto simbólico, reflexão essa que também, sob o viés discursivo, consiste na observação do funcionamento do conceito de historicidade, o qual Nunes (2005) muito bem define enquanto a marca da posição do analista de discurso em relação ao historiador, no confronto entre a história como efeito de sentido e a história como conteúdo. Nesses termos, diríamos que, do ponto de vista da memória histórica e do historiador, tempo e história parecem (con)fundir-se no/pelo efeito de evidência e continuidade do tempo histórico, cronológico, segmentado e indexado, uma vez que é a cronologia a condição mínima da história (AUROUX, 2008). Já para a Análise de Discurso, a historicidade é, por sua vez, compreendida como a relação entre linguagem e história no interior de um processo discursivo (FERREIRA, 2001).

O tempo, portanto, não interessa ao analista se tomado como algo cronológico e empírico (NUNES, 2005); interessam, de outro modo, as relações exercidas entre as diferentes temporalidades inscritas em um discurso, tal como Nunes (2005) propõe que seja pensada a temporalidade do arquivo. Se a memória não pode ser trabalhada como algo acumulado “ao modo de um reservatório” (PÊCHEUX, 1999, p. 56), a temporalidade deve também ser compreendida pela não linearidade e pela não saturação dos sentidos, tendo em vista que, tal como afirma Nunes (2005), ela se constitui como um efeito a partir do qual é possível observamos deslocamentos, rupturas, relações entre discursos. Em

outras palavras, não tendo o discurso um começo assinalável, entendemos, consoante o autor, que a temporalidade dos processos discursivos reside na remissão de um discurso “a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens” (NUNES, 2005, p. 5).

A língua e o tempo

Para a Análise de Discurso, língua é “a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 81, grifos do autor), o que significa que ela é condição material desses processos. Constituindo sujeito e práticas sociais, a língua não pode ser pensada nem fora da história nem fora da sociedade. Seja enquanto acontecimento no mundo, seja pelo viés de seu imaginário como língua plena – metodologicamente separados por Orlandi como língua fluida e língua imaginária (2002, 2009) –, a língua e sua relação com a história estão presentes, mesmo que modo indireto, em toda e qualquer análise sobre a língua, pelo menos no campo discursivo.

Mas e a relação da língua com o tempo? Quais saberes teceriam essa relação, inscrevendo/escrevendo/descrevendo na/pela história a língua e o seu acontecimento? Uma relação de extrema pertinência que podemos mencionar refere-se à temporalidade inerente às formas da língua, o que encontramos em Benveniste (2006), quando o autor postula o tempo como exercício de linguagem. Para Benveniste, a temporalidade não é um “quadro inato do pensamento”, e sim algo produzido a partir da enunciação, de tal modo que é “o presente propriamente a origem do tempo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Outro saber diz respeito às relações entre línguas e às mudanças que sofrem as línguas. Auroux, em sua crítica aos estudos da origem e da genética linguística, afirma que “a verdadeira relação da linguagem com a temporalidade é a contingência da história que se refere apenas aos fatos” (2008, p. 63). Para o autor, se a língua-mãe é um mito, também nenhuma língua pode ter idade, porque não se pode precisar o seu começo. Nesse sentido, as mudanças que ocorrem no tempo acontecem porque as línguas são também seres históricos, ou seja, qualquer fato datado refere apenas e tão somente um estado histórico de língua (BENVENISTE, 2006).

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

215

No entremeio do fato³ linguístico e da perspectiva das linhagens, não poderíamos deixar de mencionar, por fim, o subsídio das noções de tempo/temporalidade na língua pressuposto nos instrumentos linguísticos (conceito de AUROUX, 1992), instrumentos determinantes da/na relação dos falantes com a língua. Uma gramática, segundo Auroux, oferece “procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os *itens* que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento” (AUROUX, 1992, p. 71, grifo do autor). É, portanto, a partir de uma dada realidade linguística, ou seja, de um momento histórico do seu acontecimento, que as práticas de instrumentalização e descrição resultam no que Auroux designa como gramatização, processo este que constitui espaços-tempos de comunicação, tendo em vista que uma língua gramatizada é uma língua que pode ser aprendida, falada ou lida apenas com a ajuda dos instrumentos linguísticos disponíveis (AUROUX, 1992).

Em conferência no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, Guimarães (2013) mostrou como a normatividade gramatical constitui-se em função do tempo presente da escrita, que é o tempo presente do gramático enquanto falante de um dado estado de língua. Ora, se o tempo da norma não é da ordem de um presente permanente, a concepção mesma de norma e, portanto, a de gramática se perdem, haja vista que a descrição linguística, para Auroux, consiste na materialização de um saber que se conserva sempre. Não é à toa que esse presente permanente próprio à gramática se constrói na relação com um passado, abordado pelo gramático como forma de delimitar e de localizar o tempo da língua e também o seu espaço (GUIMARÃES, 2013). Para nós, reside aí uma mostra do gesto de constituição de espaços/tempos de comunicação nas sociedades a partir da prática de instrumentalização e gramatização de línguas, questão teórica que tanto se trabalha a partir de Auroux (1992).

3 Conforme Orlandi (1995, n.p., grifos da autora), o fato “deriva de um deslocamento produzido sobre a noção de *dado* (E. ORLANDI, 1992). O *dado* tem sua organização, o *fato* se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico). Na perspectiva dessa relação *dado/fato*, [...] estou instalando na consideração dos elementos submetidos à análise - no movimento contínuo entre descrição e interpretação - a memória. Em outras palavras, os *dados* não têm memória, são os *fatos* que nos conduzem à memória linguística. Nos fatos, temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento”.

A língua e o tempo no Museu da Língua Portuguesa

Passamos, então, à análise da *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa, observando o modo como a historicidade da língua é materializada sob a forma de um calendário. A *Linha do Tempo* constitui-se de cinco partes, das quais trabalharemos apenas três⁴, em função do que interessa à nossa questão analítica, que é a marcação do tempo. O quadro cronológico, a *Linha do Tempo* (Figura 1), tem início com uma área central que apresenta a formação da língua portuguesa em território europeu: as informações datam de 4000 a.C. – com a expansão do indo-europeu até o latim vulgar – e sinalizam também a influência árabe, o galego-português e o português medieval. Na parte superior dessa área, relata-se uma breve história da cultura dos povos indígenas brasileiros, em particular das comunidades de língua tupi; na parte inferior, encontramos um apanhado histórico sobre a cultura dos primeiros povos africanos chegados ao Brasil. Na sequência, dadas as grandes navegações no século XIV, o painel segue com o desenvolvimento do português no Brasil (Figura 2), momento em que se passa a dar visibilidade a acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, as migrações, o americanismo no Brasil, o reconhecimento das línguas indígenas e africanas na Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o internetês, entre outros. Essa parte finaliza a *Linha do Tempo* nos anos 2000, com um espelho (Figura 3) representativo da tridimensionalidade do tempo. Posicionando-nos em frente a ele, a imagem refletida viria a ser o imaginário do reflexo da língua como “o nosso melhor retrato”.

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

217



Figura 1 – Início da *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa

Fonte: arquivo pessoal.

4 Uma das outras partes da *Linha do Tempo* para a qual não vamos nos dedicar é um painel intitulado *Diagrama das Grandes Famílias Linguísticas do Mundo*. O diagrama antecede o quadro da cronologia e



Figura 2 – Final da *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 3 – Anos 2000, final do painel da *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa

Fonte: arquivo pessoal.

Desconstruindo os efeitos de evidência, certitude e verdade próprios ao arquivo, para esta análise posicionamo-nos no que seria geograficamente o “centro” da *Linha do Tempo*, e não na frente do espelho, como o museu orienta. A posição é importante porque significa mudança de perspectiva. A partir dela, os horizontes de projeção e de retrospectão modificam-se, possibilitando gestos outros de interpretação que confrontam a leitura proposta pelo museu. Nesse suposto “centro”, que se localiza mais ou menos na passagem do desenvolvimento da língua no espaço de enunciação europeu para o espaço de enunciação brasileiro a partir das grandes navegações, sem a pretensão de estabelecermos

volta-se à perspectiva da linhagem, mostrando os deslocamentos e os movimentos da língua desde o indo-europeu até o português no Brasil. A outra parte, que acompanha o quadro da cronologia como um todo, consiste em uma bancada interativa de acesso a outros dados sobre a história da língua, aos períodos literários e a algumas das 120 grandes obras da literatura em língua portuguesa selecionadas por Alfredo Bosi, listagem essa que trabalha a estética do vernáculo e o cânone, em consonância com a proposta do museu de valorizar a língua patrimônio (CERVO, 2012) e o que se apresenta, no próprio arquivo, como as melhores representações da/na história dessa língua.

cortes temporais, diríamos que, na retrospectiva dessa posição do olhar, os sentidos voltam-se à origem da língua; na projeção, à ideia de início formulada a partir do passado-presente, do presente permanente e da continuidade, haja vista a proposta do espelho.

É Auroux (2008) quem faz uma breve leitura dessa distinção entre origem e início elaborada por Kant (1781), e nós a abordamos aqui não para uma discussão eminentemente filosófica, e sim pela pertinência da metáfora: em uma temporalidade discursiva de origem, de filiação e de existências históricas anteriores, observamos que a história relatada é guiada por um conhecimento já legitimado sobre a linguagem, de ordem filológica e, também, gramatical, haja vista as menções aos diferentes estados históricos da língua (indo-europeu, latim vulgar, galego-português, português medieval); já na passagem para uma temporalidade discursiva relativa ao desenvolvimento da língua no espaço de enunciação brasileiro, observamos que a história, gradualmente, segue em direção a uma história outra, indexada por fatos, sobretudo de ordem política, social, cultural, os quais, embora relatados como dados significativos da continuação da história, não necessariamente são conhecimentos já legitimados pelos instrumentos linguísticos. Nesse grande marco temporal, temos a impressão de que o início é uma história em construção, de tal modo que o museu se propõe a tecer os “primeiros” relatos.

A fim de melhor observarmos essa relação, apresentamos dois recortes de textos presentes em cada um dos marcos temporais aos quais nos referimos (doravante R1 e R2), quais sejam, respectivamente, origem e início. Ressalte-se que não houve privilégio de datas na seleção dos textos, e sim apenas uma escolha para fins ilustrativos no interior de cada um dos marcos.

R1

1000

O surgimento do galego-português

O norte da Península-Ibérica estava dividido em vários reinos cristãos. No território hoje português, o reino portugalense comandou um forte movimento de expansão dos árabes. Ali, *falava-se o galego-português, que deu origem à língua portuguesa.*

No século XIII, depois de muita luta, os árabes foram definitivamente expulsos e foram fixadas para sempre as fronteiras atuais de Portugal. (grifo nosso).

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

219

R2

1990

Aprendendo a ler e a escrever

Na década de 90 foram aprovadas duas leis de grande importância para o combate ao analfabetismo no Brasil: o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). Ao governo, coube garantir o acesso da criança e do adolescente à escola pública, proporcionando condições para sua permanência e seu progresso no estudo. Aos pais, coube a obrigação de levar seus filhos à escola a partir dos sete anos de idade.

Em R1, observamos que a história da língua portuguesa é parte da história de formação do território português. O espaço de enunciação do *galego-português* é apresentado como cenário de lutas políticas e de poder, sendo, ao mesmo tempo, o espaço de *origem da língua portuguesa*. Por ser da ordem do factual e do histórico, no calendário da *Linha do Tempo* não se trabalha a metalinguagem, mostrando-se exemplos de como se dá essa transformação de uma língua a outra, embora o painel situe o estado histórico, o espaço e o tempo da origem da língua, que é exatamente o que mencionamos como um saber subsidiado pelo já dito no/pelo conhecimento sobre a linguagem. Já em R2, a história da criação das leis é parte de uma história social, especificamente a história da educação no Brasil, resultado de um gesto de leitura do museu em relação à contemporaneidade da língua e aos fatos mais significativos para contá-la. Observe-se, no entanto, nesse recorte, que não há qualquer menção explícita à história da língua no Brasil propriamente dita. O que há, de outro modo, é a possibilidade de uma leitura de que a história do ensino da língua portuguesa, assim como de todas as outras matérias escolares, seja uma questão político-social de importância na história do Brasil.

Com base nos recortes R1 e R2, entendemos que, na *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa, a questão da história da língua é materializada como parte de uma história política de formação social e de formação de territórios: a história de um mundo europeu e português e, junto a eles, a língua, bem como a história da formação do Brasil mediante os acontecimentos que singularizam a língua praticada nesse espaço. Os pretensos marcos de origem e início residiriam, nesse sentido, em uma localização do tempo da língua determinado politicamente

pelo espaço. A origem projeta o início, e o início desenvolve-se como retrospectiva de uma história de uma nação que “funda” sentidos em relação à outra. Memória e língua filiam-se no entremeio da origem e do início, ao mesmo tempo que o início projeta sentidos de uma certa autonomia em função dos acontecimentos que historicizam a singularidade do território brasileiro e que são selecionados pelo próprio museu. De um ou outro modo, encaminhamo-nos à perspectiva de nação, a qual remete à valorização da língua nacional – abordada aqui em seu efeito de evidência –, que, no caso brasileiro, (con)funde-se com a língua oficial, dada a questão do nome da língua.

Concomitante a essa observação, outra que consideramos pertinente remete a uma questão de autoria. Em sendo o museu um guardião da memória, sua tarefa é reconstituir a narrativa, e não o fato linguístico tal qual uma gramática. Por essa razão, tanto no marco de origem quanto no de início, na *Linha do Tempo* são enunciados acontecimentos, trabalham-se o histórico, as influências e tudo o mais que é da ordem do factual, mas não se descreve o que está posto e que é da ordem do funcionamento da língua no tempo presente. Substituindo a descrição pela narrativa e a metalinguagem pelo fato histórico, o museu diferencia-se dos instrumentos linguísticos e potencializa sentidos carregados no nome da língua a partir da história que a constitui e a singulariza, deixando o presente e o acontecimento da língua no mundo como responsabilidade do sujeito, cuja imagem está refletida no espelho. É o sujeito, portanto, a soma de passado, passado-presente e presente-futuro da língua e, conseqüentemente, da nação. Com isso, temos que a autoria do museu mediante a história da língua consiste em um gesto de leitura, no interior da prática de instrumentalização linguística, que tão somente reforça a sua significação como uma instituição cidadã, um dos lugares autorizados da interpretação (PÊCHEUX, 1997 [1994]), dada a (re)produção do processo de individualização do sujeito⁵ proposto no espelhamento.

Essas observações a respeito da política de língua significada na *Linha do Tempo* são, ainda, corroboradas pela análise dos painéis dedicados às línguas indígenas e africanas. A inscrição dessas histórias na temporalidade relativa à origem, e não ao início e ao desenvolvimento,

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

221

5 Uma reflexão interessante sobre o processo de individualização do sujeito pode ser encontrada em Nunes (2013), oportunidade em que o autor trabalha o discurso institucional do referido museu.

pode ser lida como indicativo de antecessão, de existência anterior ao espaço-tempo brasileiro. O intervalo datado entre o séc. XVI e os anos 2000 seria, nesse sentido, o resultado da soma dos três painéis anteriores, soma essa que simbolicamente interdita a continuidade da língua indígena e da língua africana pela inscrição de ambas na história do desenvolvimento da nação brasileira pela língua como meros fatos políticos e históricos, o que podemos observar, por exemplo, no encontro do português do Brasil com o tupi e no reconhecimento das línguas indígenas e africanas na Constituição Federal. Caberia, aqui, muito bem, uma reflexão sobre a política linguística em funcionamento na/pela língua oficial e o funcionamento do político no espaço de enunciação brasileiro, até mesmo para refletimos sobre esse dito deslocamento operado pelas temporalidades da língua. Parece-nos, mais uma vez, que a questão da autoria resulta de uma leitura que não deixa de estar atrelada aos sentidos que regem o primado dos instrumentos linguísticos: a fixação de sentidos para uma língua oficial e a política de admissão das variações possíveis dessa língua (CERVO, 2012), com a devida separação normativa que as diferencia e hierarquiza (GUIMARÃES, 2000).

Considerações finais

O tempo da *Linha do Tempo* do Museu da Língua Portuguesa é, sem dúvida, um tempo histórico em que acontecimentos são inscritos, contados e recontados de forma a saturar os sentidos, em uma linearidade que nos é apresentada como não falha, como não lacunar. No marco de origem, é o estado histórico da língua que, enredado à história do espaço, possibilita a marcação do tempo e o imaginário do começo, do princípio. No marco de início, é a história cultural e social que vem à tona, como forma de singularizar uma historização particular da língua, historização essa que não é necessariamente descrita, mas pressuposta no desenvolvimento da nação brasileira e do sujeito falante enquanto continuidade e prerrogativa de responsabilização.

O modo como a historicidade da língua é ressignificada e materializada no museu e o modo como o museu se inscreve na história da língua constituem, para nós, um modo outro de instrumentalização da língua não pela norma, não pelo efeito de completude do léxico, mas pela posição de autoria da história da língua a partir da apropriação de sentidos da diacronia e da sincronia dos diferentes estados históricos do seu acontecimento. Em conjunto com a temporalização de espaços e de

memórias nacionais, a língua vai resistindo à história como aquilo que foi, aquilo que é, aquilo que está posto e aquilo que será. No entanto, em meio a esses deslocamentos e a essas transformações, por ser essa história marcada por uma política linguística de valorização da língua imaginária, de língua nacional, o sujeito que se enxerga pode, ao mesmo tempo, não se espelhar, o que tão somente atesta o político em funcionamento no processo de produção de sentidos, a memória que falta e a falha possível e insistente no processo de produção de um arquivo.

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

223

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. de M. P. G. Joanilho. Campinas: RG, 2008.

BENVENISTE, Emile. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Trad. de E. Guimarães. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

BOUTANG, Pierre. **O tempo**: ensaio sobre a origem. Trad. de M. H. Kühner. Rio de Janeiro: Difel, 2000. (Coleção Enfoques. Filosofia).

CERVO, Larissa M. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/glossario.html>>. Acesso em: 28 out. 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. Línguas de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. Pessoa de (Org.). **Os discursos do descobrimento**: 500 e mais anos de discursos. São Paulo: USP/Fapesp, 2000. p. 169-180.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. O conhecimento sobre a língua: percursos na história da política de línguas no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PÓS-DOCTORANDOS EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS – LABORATÓRIOS EM REDE. LABORATÓRIO CORPUS/PPGL, EL@ADIS E LABORATÓRIO DE ARQUIVOS DO SUJEITO (LAS), 1., 2013, Santa Maria. **Conferência...** Santa Maria: UFSM, 10 maio 2013.

Larissa

Montagner

Cervo

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Trad. de B. Leitão, I. Ferreira e S. F. Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013.

224

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: compreensão e historicidade. In: SEAD, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Museu da Língua Portuguesa: instituição e discurso didático. **Letras**, Santa Maria: UFSM, v. 23, n. 46, p. 203-224, jan./jun. 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/organon/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Trad. de M. G. L. M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. et al. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 23-37.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Trad. de E. P. Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009. p. 129-168.

SCHERER, Amanda Eloina; TASCETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos lingüístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 119-123, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.estudosda-linguagem.org/n1jun2005/artigos/scherer-taschetto.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2011.

*O tempo da
língua ou
a língua
no tempo?*

225